

12 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

TJ distribuirá senhas para júri de Carli Filho

Adriana De Cunto

Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) vai distribuir, no dia 19 de janeiro, senhas para as pessoas interessadas em acompanhar o júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho. A medida acontece devido ao grande número de interessados em acompanhar o julgamento, marcado para acontecer nos dias 21 e 22 de janeiro. O órgão ainda não divulgou a quantidade de senhas que serão oferecidas.

Carli Filho é acusado de matar dois jovens em um acidente de trânsito, ocorrido em Curitiba, na madrugada do dia 7 de maio de 2009. O ex-deputado estaria em alta velocidade e alcoolizado. O Volkswagen Passat importado de Carli Filho atingiu o Honda Fit conduzido por Gilmar Yared, matando o motorista e o passageiro do Fit, Carlos de Almeida. Eles morreram no local e o político ficou ferido. O acidente aconteceu no cruzamento das ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorsk, no bairro Mossunguê.

Os interessados em pegar uma senha para assistir ao júri devem comparecer, no próximo dia 19, das 14h às 18h, no prédio do Tribunal do Júri, localizado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/n, Centro Cívico, Curitiba.

12 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Supremo demonstra maior cautela em temas polêmicos

Gustavo Aguiar

Agência Estado

Brasília - A suspensão de um debate no Supremo Tribunal Federal sobre transexuais, na semana passada, mostra que os ministros estão mais cautelosos em decisões sobre direitos fundamentais. O entendimento é de que, agora, julgamentos sobre temas controversos podem perder legitimidade diante do tom elevado da polarização política, um dos efeitos da crise atual e que atinge o STF de forma indireta.

Caberá aos ministros responder se abordagens como a sofrida por uma mulher transexual impedida de usar o banheiro feminino em um shopping em Florianópolis, que acabou defecando na própria roupa, são passíveis de ação judicial por danos morais. Os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin disseram que sim. Outras 778 ações estão paradas pois dependem da decisão. Ao pedir vista do processo, Luiz Fux afirmou que, sem ouvir a sociedade, a Corte não tem representatividade para julgar.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa, considera que os ministros estão atentos a "um momento mais conservador" no País. Para ele, um dos papéis do STF é o de convencer a sociedade sobre a decisão, o que explica a cautela.

A descriminalização da maconha para uso próprio, que entrou no STF em 2011,

teve a discussão suspensa em setembro por um pedido de vista. Em um processo para reduzir o número de presos sem julgamento, os ministros já reconheceram parcialmente uma liminar, mas não têm prazo para voltar a discutir o mérito. Para o advogado constitucionalista Eduardo Mendonça, ex-assessor de Barroso no STF, a postura contida da Corte é estratégica. "Como diz o próprio Barroso, há um modelo de equilíbrio entre ousadias e prudências."

'AVANÇO SEGURO'

Recentemente, o Supremo eliminou de uma norma na lei militar trecho que discriminava homossexuais, mas manteve o entendimento de que a prática de sexo consensual entre adultos nos quartéis é crime. A tendência é de que a agenda conservadora que avança na Câmara seja judicializada no STF. Para a consultora jurídica do instituto feminista Anis, Gabriela Rondon, que acompanha ações sobre minorias no Supremo, as barreiras no Congresso são maiores que as da Justiça. "A aposta no Judiciário é de longo prazo, e o reparo do dano causado tende a ter mais significado para o futuro do que para a pessoa que sofreu o prejuízo."

A análise do ministro Marco Aurélio Mello é que o STF deve trabalhar para colocar o preconceito sobre esses temas em segundo plano. "Precisamos avançar, mas com segurança. O nosso dever é sopesar os valores."

FOLHA DE LONDRINA

Moro autoriza ida de Bumlai a hospital

12 JAN 2016

Julia Affonso,
Ricardo Brandt e
Fausto Macedo

Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas ações penais da Operação Lava Jato em primeira instância, autorizou ontem a ida do empresário e pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Lula, ao hospital. Os advogados fizeram o pedido ontem pela manhã, relatando que Bumlai "apresenta quadro de sangramento na urina". Bumlai está preso preventivamente desde 24 de novembro do ano passado, quando foi deflagrada a Operação Passe Livre. O amigo de Lula é o pivô do polêmico empréstimo de R\$ 12 milhões concedido a ele pelo Banco Schahin, cujo destinatário final foi o PT, segundo confessou o pecuarista. Ele é acusado por corrupção e gestão fraudulenta.

"Dias antes de sua prisão em 24 de novembro, o peticionário apresentou um episódio de sangramento na urina, pelo qual deveria ter sido internado, e só não foi porque se recusou a cumprir a recomendação médica para se apresentar perante à sessão da CPI do BNDES marcada para aquela data", afirmou a defesa do pecuarista.

Moro autorizou o deslocamento de Bumlai, mediante escolta, da carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, onde o empresário está custodiado, até o Hospital Santa Cruz, na capital paranaense. "O deslocamento e exames deverão ser realizados na data de hoje ou de amanhã a depender das necessidades da Polícia Federal de organi-

zar escolta. Após o procedimento, deverá o custodiado retornar imediatamente à carceragem da PF", determinou Moro. "Caso seja necessário internamento, o Juízo deverá ser provocado. Se houver necessidade de internamento por urgência, fica desde logo autorizado mediante escolta."

Segundo a defesa do empresário, ele precisa "realizar exame de urina e tomografia computadorizada com trato urológico". Subscrevem o pedido os criminalistas Arnaldo Malheiros Filho, Conrado Gidrão de Almeida Prado e Edward Rocha de Carvalho.

"Desde o final do ano passado, os médicos têm reiterado ao requerente a necessidade de realização de exames para a investigação do ocorrido. Ocorre que na noite anterior o episódio se repetiu e os patronos do defendente foram procurados por seus médicos que informaram a extrema necessidade de realização de exames para investigar o que estaria ocasionando tais sangramentos, bem como sua gravidade", afirmaram os advogados de Bumlai.

Na petição, a defesa informou a Moro sobre a necessidade de o pecuarista fazer "fisioterapia motora em face de também ser portador de osteoartrose".

Moro decidiu. "Quanto às sessões de fisioterapia para tratamento da osteoartrose, deve a defesa formalizar o requerimento diretamente à autoridade policial a fim de verificar a viabilidade de realização delas no estabelecimento carcerário, trazendo somente após a questão a este Juízo."

MILITÃO

●●● O juiz Sérgio Moro já voltou das merecidas e rápidas férias. Deu para refrescar a cabeça dele, disse um dos seus assessores.

12 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Pastor é condenado por molestar fiel de 15 anos

Fernanda Yoneya e
Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - A 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou um pastor evangélico por atentado ao pudor mediante fraude. A pena foi fixada em dois anos e 11 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

As informações foram divulgadas no site do TJ, mas sem o nome do pastor, igreja e o número dos autos.

A vítima, que na época dos fatos tinha 15 anos de idade, frequentava a igreja onde o réu trabalhava. Segundo os autos, o homem se aproveitou da confiança da adolescente, que o via como líder espiritual e,

após ouvir em confidência seus problemas de relacionamento, convenceu a moça a se deixar "purificar" - e em duas ocasiões praticou sexo oral com ela.

Dias depois, a adolescente gravou conversa que teve com o pastor, em que ele pedia para não revelar a ninguém o que havia ocorrido, pois iria

"negar até morte".

O relator, desembargador Ivan Sartori, destacou em seu voto que a avaliação psi-

cológica da vítima confirmou que houve abuso sexual e que ela foi levada a permitir o contato íntimo por "questões religiosas e submissão ao réu".

O julgamento contou com a participação dos desembargadores Edison Brandão e Camilo Léllis e teve votação unânime.

*Homem se
aproveitou da
confiança da
adolescente*

12 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ SENHAS PRA JÚRI

Tribunal
de Justiça
distribuirá senhas
pra julgamento
de Carli Filho, na
próxima semana

JORNAL DO ÔNIBUS

Devido ao grande número de interessados em acompanhar o júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado pela morte de dois jovens em um acidente de trânsito em 2009, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) divulgou ontem que distribuirá senhas de acesso para aqueles que quiserem assistir ao julgamento. A distribuição será na terça-feira da próxima semana, das 14h às 19h, no prédio do Tribunal do Júri, no Centro Cívico. O órgão não divulgou quantas senhas estarão disponíveis. O júri de Carli Filho está marcado para os dias 21 e 22 de janeiro.

ACIDENTE

Na madrugada de 7 de maio de 2009, os jovens Gilmar Yared, filho da atual deputada federal Christiane Yared, e Carlos de Almeida morreram em um acidente automobilístico, ocorrido na esquina das ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski, no Mossunguê, em Curitiba. Por volta da 1h, o Honda Fit dirigido por Yared, que estava acompanhado do amigo Carlos, foi atingido pelo Volkswagen Passat, de Carli Filho. Os dois rapazes morreram na hora e o deputado ficou gravemente ferido. No dia 20 de outubro de 2015, seis anos e oito meses após o ocorrido, o juiz Leonardo Bechara Stancioli emitiu despacho com a marcação do julgamento pra este mês.

**TJ vai
distribuir
senhas para
júri de Carli**



Carli será julgado por homicídio com dolo eventual

TJ vai distribuir senhas para júri de Carli

Em razão do elevado número de pessoas interessadas em acompanhar o júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, o Tribunal do Júri (TJ) vai distribuir senhas de acesso no dia 19 de janeiro, das 14h às 18h. A distribuição acontece no prédio do TJ, localizado na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n, no Centro Cívico,

em Curitiba. O órgão ainda não divulgou a quantidade de senhas disponíveis.

Carli Filho é acusado de matar dois jovens em um acidente de trânsito no bairro Mossunguê, em Curitiba, em maio de 2009. Ele vai a julgamento no dia 21 e 22 de janeiro. Nos dois dias, devem ser ouvidas seis testemunhas de defesa e outras seis de acusação. ●

12 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

FALCATRUA

DESCOBERTA

Cerveró cita
propina de
US\$ 100 milhões
do Governo
FHC em venda
de petrolífera

Agência Estado

O ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, um dos delatores da Operação Lava Jato, afirmou que a venda da empresa petrolífera Pérez Companc envolveu uma propina ao Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 400 milhões atualmente). As informações constam de documento apreendido no gabinete do senador Delcídio Amaral (PT/MS), ex-líder do governo no Senado.

Em sua defesa, o ex-presidente afirma que declarações “vagas como essa, que se referem genericamente a um período no qual eu era presidente e a um ex-presidente da Petrobras já falecido (Francisco Gros), sem especificar pessoas envol-



FHC contesta dados.

vidas, servem apenas para confundir e não trazem elementos que permitam verificação”.

O documento é parte do resumo das informações que Cerveró prestou à Procuradoria-Geral da República (PGR) antes de fechar seu acordo de delação premiada. O papel foi apreendido no dia 25 de novembro, quando Delcídio foi preso sob acusação de tramar contra a Operação Lava Jato.

Nesse documento, o ex-diretor não explica para quem teria ido a suposta propina ou quem teria feito o pagamento. Cerve-

ró citou o nome Oscar Vicente, que seria ligado ao ex-presidente argentino Carlos Menem (1989-1999). “A venda da Pérez Companc envolveu uma propina ao Governo FHC de US\$ 100 milhões, conforme informações dos diretores da Pérez Companc e de Oscar Vicente”, durante os primeiros anos de nossa gestão, permaneceu como diretor da Petrobrás na Argentina”, relatou Cerveró.

ENTENDA O CASO

Em outubro de 2002, a Petrobras comprou 58,62% das ações da Pérez Companc e 47,1% da Fundação Pérez Companc. Na época, a Pecom, como é conhecida, era a maior empresa petrolífera independente da América Latina. A Petrobras, então sob o comando de Francisco Gros, pagou US\$ 1,027 bilhão pela Pérez Companc. No documento, o ex-diretor citou valores que teriam feito parte da negociação. “Cada diretor da Pérez Companc recebeu US\$ 1 milhão como prêmio pela venda da empresa e Oscar Vicente, US\$ 6 milhões. Nós juntamos a Pérez Companc com a Petrobras Argentina e criamos a PESA (Petrobras Energia S/A) na Argentina”.

GAZETA DO POVO

● JULGAMENTO

TJ distribuirá senhas para júri de Carli Filho

12 JAN 2016

● Devido ao grande número de interessados em acompanhar o júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado pela morte de dois jovens em um acidente de trânsito em 2009, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) divulgou na segunda-feira (11) que distribuirá senhas de acesso para aqueles que quiserem assistir ao julgamento.

A distribuição ocorrerá na terça-feira (19) da próxima semana, das 14h às 19h, no prédio do Tribunal do Júri, localizado na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n, no Centro Cívico. O órgão ainda não divulgou a quantidade de senhas que estarão disponíveis. O júri de Carli Filho está marcado para os dias 21 e 22 de janeiro.

Relembre o caso

Na madrugada de 7 de maio de 2009, os jovens Gilmar Yared, filho da atual deputada federal Christiane Yared, e Carlos de Almeida morreram em um acidente automobilístico, ocorrido na esquina das ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski, no Mossunguê, em Curitiba. Por volta da 1h, o Honda Fit dirigido por Yared, que estava acompanhado do amigo Carlos, foi atingido pelo Volkswagen Passat de Carli Filho. Os dois rapazes morreram na hora e o deputado ficou gravemente ferido.

No dia 20 de outubro de 2015, seis anos e oito meses após o ocorrido, o juiz Leonardo Bechara Stancioli emitiu despacho com a marcação do julgamento para janeiro de 2016.

Colaborou: Mariana Balan.

CELSONASCIMENTO

Delação e vazamento deixam deputados em polvorosa

Até que um imprudente estagiário abra os autos e repasse seu conteúdo a terceiros, permanecerão sob segredo de Justiça os nomes dos deputados envolvidos no esquema de desvio de verbas da Secretaria da Educação do Paraná. Quase R\$ 20 milhões foram parar em bolsos do alheio por pagamentos à construtora Valor, que recebia do governo mesmo sem fazer as novas escolas que tinha se comprometido a construir.

Um possível vazamento pelo estagiário já seria suficiente para causar até mesmo a perda de tufos de quem incrementou a cabeleira no cirurgião plástico. Mas o que mais espalha terror entre os ilustres envolvidos é a possibilidade — nunca remota nestes tem-

pos de Lava Jato — de que alguns dos 15 “bagrinhos” denunciados à Justiça pelo Gaeco venha a propor uma delação premiada.

De fato, não seria de espantar que alguns desses 15 fale mais a respeito do que sabe (e devem saber muito) em troca do abrandamento das penas. É o caso dos “laranjas” que serviram como inocentes-úteis para que o esquema de desvio de verbas prosperasse.

Como o caso foi remetido à Procuradoria-Geral da República (PGR), é líquido e certo que, entre os envolvidos, está algum deputado federal, cujo foro especial para processá-lo é o Supremo Tribunal Federal (STF). Os supostos deputados estaduais (seriam dois ou três?) também foram parar no STF, em razão da conexão de suas ações no mesmo esquema criminoso, caso contrário responderiam ao Tribunal de Justiça.

A polvorosa se espalha na Assembleia Legislativa, pois a não divulgação dos nomes dos verdadeiros culpados — entendem os deputados — acaba por colocar a todos sob suspeita e dentro do mesmo balaio.

Um “esclarecimento” pra lá de esquisito

● A assessoria de imprensa do governador Beto Richa emitiu nota oficial no último domingo (10) para “esclarecer” alguns pontos da matéria “Quadro Negro envolve deputados e vai a Janot”, publicada por esta coluna no fim de semana.

A nota afirma que o então secretário da Educação, Fernando Xavier, deixou o cargo “a pedido, em meio à greve dos professores”. Ok! Mas até as balas de borracha usadas no massacre de 29 de abril sabiam que a greve tinha pouco a ver com a Educação, mas com a Fazenda: confisco da previdência, aumento salarial dos servidores abaixo da inflação etc. Então, não dá para enfiar Xavier no mesmo camburão com tal simplicidade.

Dias depois do massacre, o secretário ainda despachava normalmente em seu gabinete: dia 5 de maio, por exemplo, com base em denúncias formais do então presidente da Superintendência de Desenvolvimento da Educação (Sude), Jayme Sunyé Neto, ele manda abrir sindicância para apurar irregularidades na área de Engenharia, setor que no período

era chefiado por Maurício Jandoi Fanini, amigo do governador. No dia seguinte, 6, o Diário Oficial publicava a exoneração do secretário, “a pedido”.

O mais estarrecedor na nota oficial está na parte em que diz que a exoneração de Sunyé, no dia 10, se deu porque também ele era suspeito — embora fosse o autor das denúncias.

Então, no estado democrático de direito, funciona assim? Demite-se o suspeito antes de concluída a sindicância (que mal havia se iniciado); antes de o caso começar a ser investigado pela Polícia Civil e muito antes de o Gaeco denunciar à Justiça os 15 participantes da quadrilha. O nome de Sunyé não está entre eles. Haverá, pedido de desculpas? Será reconduzido ao cargo?

A coisa fica ainda mais estranha diante de uma contradição: réu confesso, Ezequias Moreira (aquele que recebia salários da sogra fantasma da Assembleia), é secretário de Estado e dá expediente no gabinete do governador. Para ele vale o lema: perdoa-se o pecador, mas não o pecado. Sunyé não se enquadra em nenhuma das duas condições.

A nota silencia sobre se e como o estado pretende se ressarcir dos prejuízos.

12 JAN 2016

GAZETA DO POVO

12 JAN 2016

GAZETA DO POVO

• LAVA JATO

Cerveró: negociação na gestão FHC teve propina de US\$ 100 mi

Ex-diretor da Petrobras contou ter ouvido que autoridades do governo tucano teriam recebido pagamento após a compra, pela estatal brasileira, de petrolífera argentina

● O ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, um dos delatores da Operação Lava Jato, afirmou nas negociações para fechar acordo de delação premiada, que a venda da empresa petrolífera argentina Pérez Companc para a estatal brasileira envolveu o pagamento de propina a autoridades do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 400 milhões em valores de hoje).

As informações constam de documento apreendido no gabinete do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), ex-líder do governo Dilma Rousseff no Senado, mas que foi diretor de gás e energia da Petrobras no governo FHC, quando era filiado ao PSDB. Delcídio está preso sob acusação de tentar "comprar" o silêncio de Cerveró para que ele não fechasse a delação premiada.

O papel apreendido é parte do resumo das informações

que Cerveró prestou à Procuradoria-Geral da República (PGR) antes de fechar seu acordo de delação premiada. O documento foi apreendido no dia 25 de novembro. No documento, o ex-diretor não explicou para quem teria sido paga a suposta propina ou quem teria feito o pagamento. Cerveró citou o nome "Oscar Vicente", que seria ligado ao ex-presidente argentino Carlos Menem (1989-1999).

"A venda da Pérez Companc envolveu uma propina ao Governo FHC de US\$ 100 milhões, conforme informações dos diretores da Pérez Companc e de Oscar Vicente, principal operador de Menem e, durante os primeiros anos de nossa gestão, permaneceu como diretor da Petrobras na Argentina", relatou Cerveró.

Em outubro de 2002, a Petrobras comprou 58,62% das ações da Pérez Companc e 47,1% da Fundação Pérez

Companc. Na época, a Pecom, como é conhecida, era a maior empresa petrolífera independente da América Latina. A Petrobras, então sob o comando de Francisco Gros, pagou US\$ 1,027 bilhão pela empresa argentina.

No documento, o ex-diretor citou valores que teriam feito parte da negociação. "Cada diretor da Pérez Companc recebeu US\$ 1 milhão como prêmio pela venda da empresa e Oscar Vicente, US\$ 6 milhões. Nós juntamos a Pérez Companc com a Petrobras Argentina e criamos a PESA (Petrobras Energia S/A) na Argentina."

A advogada de Cerveró, Alessi Bransão, afirmou que a defesa não se manifestará sobre o conteúdo do documento, que está sob sigilo.

OUTROLADO

O ex-presidente FHC defendeu a gestão na Petrobras em seu governo e disse que a denúncia serve apenas para confundir a opinião pública. "Não tenho a menor ideia da matéria. Na época o presidente da Petrobras era Francisco Gros [já falecido], pessoa de reputação ilibada e sem qualquer ligação político-partidária. Afirmações vagas como essa, que se referem genericamente a um período no qual eu era presidente e a um ex-presidente da Petrobras já falecido, sem especificar pessoas envolvidas, servem apenas para confundir e não trazem elementos que permitam verificação", afirmou FHC.

Paraná Portal 12 JAN 2016

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 11 de janeiro de 2016 às 21h25

Homenagem

O Governo do Estado condecorou com a Ordem Estadual do Pinheiro, 42 personalidades que se destacam em suas áreas de atividade e contribuem para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

A outorga da mais alta comenda do Estado foi dada pelo governador Beto Richa, em cerimônia no Palácio Iguaçu, com a presença de autoridades, amigos e familiares dos homenageados.

A tradicional cerimônia fez parte das ações que marcam os 162 anos de Emancipação Política do Paraná, comemorados no último dia 19 de Dezembro.

Receberam a Ordem do Pinheiro expoentes da política, economia, da área da Justiça, da

CONTINUA

CONTINUAÇÃO Paraná Portal 12 JAN 2016

religião, das letras e artes, do esporte, da comunicação, da administração pública, empresários e profissionais de diversas áreas.

O governador enalteceu o trabalho dos homenageados.



Entre os homenageados, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

12 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça do Trabalho e MPT são apontados como causas de insegurança jurídica

O funcionário entra em uma sala vazia da empresa e acessa sites pornográficos e com conteúdo de zoofilia. É pego e demitido por justa causa. A 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho reverte a demissão, por não existir regra interna da companhia específica sobre o tema. O trabalhador ser preso ou faltar por 30 dias seguidos também não é motivo para justa causa. Em outro caso, um empregado do Itaú foi afastado por motivos médicos, mas continuou sendo remunerado. Após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC), alegou que a ociosidade forçada teve papel no desenvolvimento da doença. O Tribunal Superior do Trabalho acolheu o argumento e condenou o banco a pagar R\$ 50 mil e mais uma pensão (em pagamento único) no valor de 50% do salário do bancário multiplicado por 268 meses, relativos a sua expectativa de sobrevida.

Alguns magistrados torcem

o nariz ao ouvir o termo Justiça trabalhista. Para eles, a expressão implica o entendimento de que é um poder que cuida apenas do interesse do trabalhador, e não da relação de trabalho. Preferem Justiça do Trabalho. Porém, o empregador sabe em muitos casos como será o roteiro: o empregado que recorre à Justiça termina com uma indenização em mãos.

Em um evento em São Paulo apinhado de advogados de empresas, uma expressão fez sucesso: a República Independente da Justiça do Trabalho. "A insegurança jurídica é enorme e está claramente desestimulando as empresas a contratar no Brasil. Um acordo que você faz com o funcionário e com o sindicato não vale quando levado ao tribunal? É o que pergunta um norte-americano, que não entende como isso é possível", relata Cesar Luiz Pasold Júnior, especialista em Direito do Trabalho e sócio do Marcelo Tostes Advogados.

12 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Eleição da OAB nacional terá candidato único

DE SÃO PAULO - A eleição para a presidência do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) terá como candidato único o advogado gaúcho Claudio Lamachia, atual vice-presidente da entidade.

O prazo para registro de candidaturas para participar do pleito da OAB Nacional terminou no dia 31 de dezembro e somente a chapa liderada por Lamachia, apoiada pelo atual presidente da entidade, Marcus Vinicius Coêlho, protocolou inscrição.

A votação para definir os dirigentes da OAB está marcada para o dia 31 de janeiro. O colégio eleitoral é formado por 81 conselheiros escolhidos pelas seções estaduais da OAB.

MÔNICA BERGAMO

SUSTO

O promotor de Justiça Roberto Senise Lisboa se recupera de um problema cardíaco que quase o levou à morte na semana passada. O integrante do Ministério Público de São Paulo, que está internado sem previsão de alta, atuou em casos de repercussão como o do médico Roger Abdelmassih. No ano passado, foi afastado do cargo sob suspeita de receber propina. Ele, que na época se disse surpreso com a decisão, continua sendo investigado.